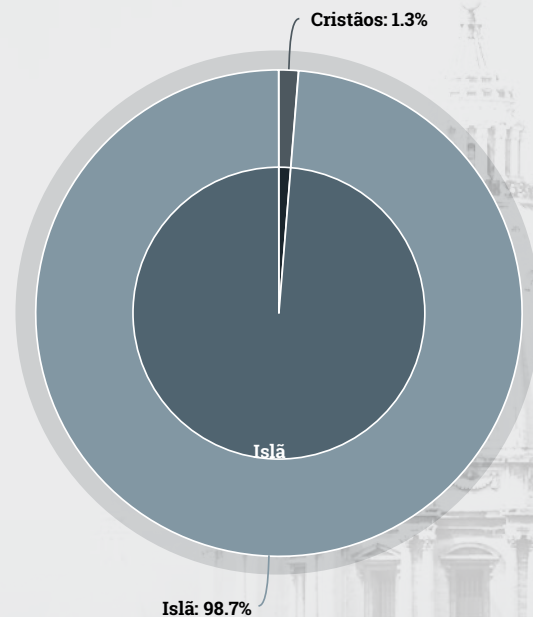


Palestina



ANTECEDENTES

A Assembleia Geral da ONU, o Conselho de Segurança da ONU e o Tribunal Internacional de Justiça consideraram que os Territórios Palestinos estão sob ocupação israelita.^[1] Em junho de 1967, os territórios surgiram quando Israel tomou partes da Jordânia e do Egito, incluindo Jerusalém Oriental, a Cisjordânia e Gaza. Em 1993, no decorrer do chamado processo de Oslo, Israel e a OLP reconheceram-se formalmente uma à outra. Um ano mais tarde, a Autoridade Palestina foi estabelecida como instituição de autogoverno palestino em certas áreas da Cisjordânia e de Gaza, mas não em Jerusalém Oriental, que Israel considera como fazendo parte integrante da sua capital. Várias negociações bilaterais entre israelitas e palestinos para efetivar a existência de dois estados lado a lado não foram bem sucedidas. Em 2005, Israel retirou-se de Gaza, mas continuou controlando o acesso a esta faixa. Em 2007, o Hamas assumiu o poder em Gaza. Desde então, várias guerras foram combatidas entre Israel e o Hamas. A partir daqui os Territórios Palestinos estão divididos entre o Governo reconhecido internacionalmente em Ramallah e o Hamas em Gaza. Em novembro de 2012, a Assembleia Geral das Nações Unidas reconheceu a Palestina como estado observador não membro. A Palestina é atualmente reconhecida por 137 estados.^[2] Os palestinos são majoritariamente muçulmanos

sunitas. Mas há uma comunidade cristã autóctone de cerca de 50 mil pessoas (incluindo Jerusalém Oriental) e uma reduzida comunidade samaritana de cerca de 400 membros que vivem perto de Nablus. Cerca de 500 mil colonos judeus vivem nos territórios e em Jerusalém Oriental em colonatos considerados ilegais segundo a lei internacional.

DISPOSIÇÕES LEGAIS

A Palestina não tem Constituição, mas a Lei Básica Palestiniana serve como versão contemporânea.^[3] O artigo 4º afirma: “O Islamismo é a religião oficial na Palestina. O respeito pela santidade de todas as outras religiões divinas deve ser mantido. Os princípios da *sharia* islâmica são a principal fonte de legislação.” De acordo com o artigo 9º: “Os Palestinos são iguais perante a lei e o poder judicial, sem distinção baseada na raça, sexo, cor, religião, opiniões políticas ou deficiência”. O artigo 18º afirma: “A liberdade de crença, culto e desempenho das funções religiosas é garantida, desde que não sejam violadas a ordem pública ou a moral pública.” O artigo 92º diz que as questões da *sharia* e do foro pessoal são assumidas pelos tribunais da *sharia* e pelos tribunais religiosos, de acordo com a lei.

[1] <http://palestineun.org/about-palestine/diplomatic-relations/>

[2] <http://www.palestinianbasiclaw.org/basic-law/2003-amended-basic-law>

[3] <http://jij.org.il/wp-content/uploads/2015/03/Palestinian-Freedom-of-Religion.pdf>; <http://nadplo.org/userfiles/file/fact%20sheets/Q&A%20Accession.pdf> (acessado em Abril de 2016)

Em 1 de abril de 2014, a Autoridade Palestina assinou vários tratados de direitos humanos, incluindo o Pato Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e a Convenção dos Direitos da Criança. Anteriormente, em 2007, a Autoridade Palestina também tinha ratificado a Carta Árabe dos Direitos do Homem. Todos estes tratados lidam com aspectos da liberdade religiosa.^[4]

A conversão do Islamismo não é explicitamente proibida em termos legais, embora na prática enfrente enorme pressão social. É proibido praticar proselitismo.

Por decreto presidencial de 2001, os presidentes de câmara de municípios como Ramallah, Belém, Beit Jala e sete outros são necessariamente palestinos cristãos, mesmo que não haja população majoritária cristã na cidade. Outro decreto presidencial de 2005 atribui seis lugares aos cristãos no Conselho Legislativo palestino. Um lugar é reservado para a comunidade samaritana que vive na encosta do Monte Garizim, perto de Nablus. O presidente Abbas tem ministros e conselheiros cristãos. Os cristãos também estão representados no serviço de relações externas da Autoridade Palestina e na sua administração.

Um decreto presidencial de 2008 reconhece oficialmente treze Igrejas. Estas incluem a Igreja Católica de Roma, a Igreja Ortodoxa Grega e a Igreja Apostólica Armênia. Tribunais eclesiais decidem sobre os assuntos relacionados com questões do foro pessoal, como casamentos, divórcios e heranças, de acordo com as leis da Igreja. Outras Igrejas, maioritariamente as evangélicas, não são oficialmente registradas, mas podem operar livremente. Contudo, não têm os mesmos direitos quando se trata de questões do foro pessoal.

Em 2015, um Acordo Abrangente entre a Santa Sé e o estado da Palestina foi assinado por ambas as partes. Em Janeiro de 2016, este acordo entrou em vigor. O Acordo Abrangente lida com aspectos essenciais da vida e da atividade da Igreja Católica na Palestina, incluindo a liberdade da Igreja agir e dos cristãos praticarem a sua fé e participarem totalmente na sociedade.^[5] Este é o primeiro acordo deste tipo no mundo árabe muçulmano.

DESENVOLVIMENTOS RECENTES

Em julho e agosto de 2014, a comunidade cristã de Gaza foi fortemente afetada pela guerra entre Israel e o Hamas.

[4] <http://jij.org.il/wp-content/uploads/2015/03/Palestinian-Freedom-of-Religion.pdf>; <http://nadplo.org/userfiles/file/fact%20sheets/Q&A%20Accession.pdf> (acessado em Abril de 2016)

[5] http://en.radiovaticana.va/news/2015/06/26/holy_see_state_of_palestine_sign_comprehensive_agreement/1154236

O pároco, Padre Mário da Silva, disse à ACN: “Quase ninguém vem à igreja neste momento. Aos domingos, nunca há mais de cinco pessoas. Apenas os muito corajosos vêm. É simplesmente demasiado perigoso.”^[6] Um bombardeio realizado pelo exército israelita perto da Igreja Católica da Sagrada Família em Gaza destruiu parcialmente a escola paroquial adjacente, o escritório do pároco e algumas salas usadas pela paróquia. Crê-se que o principal alvo do bombardeio era uma casa situada a poucos metros da paróquia que foi completamente destruída pelo ataque.^[7] A comunidade católica recebeu cerca de 900 refugiados muçulmanos na escola e nas instalações da paróquia. A comunidade ortodoxa grega também recebeu refugiados. O cemitério ortodoxo sofreu danos durante o bombardeio israelita.^[8]

Em outubro de 2014, uma mesquita foi incendiada, no que se suspeita ter sido um ataque intencional em Aqraba, uma aldeia a leste de Nablus, na Cisjordânia. O nome do grupo vigilante israelita radical chamado “price tag” (etiqueta de preço) foi encontrado numa parede exterior. O presidente israelita Reuven Rivlin condenou o incidente e exortou o chefe de polícia de Israel a encabeçar uma investigação, acrescentando que o caso “deveria ser tratado como terrorismo”.^[9]

Em novembro de 2014, as forças de segurança palestinas dizem que um grupo de colonos israelitas incendiou uma mesquita durante a noite perto da cidade de Ramallah, na Cisjordânia. O ataque ocorreu na aldeia de al Mughayir, perto do colonato israelita de Shilo. Os colonos destruíram todo o piso da mesquita.^[10]

Em dezembro de 2014, o Custódio Franciscano Pierbattista Pizzaballa disse à ACN que dezenove famílias cristãs tinham abandonado Belém três meses antes por causa da situação política e econômica instável.^[11]

Em janeiro de 2015, Israel negou temporariamente entrada em Gaza a um grupo internacional de bispos católicos. Só após várias horas de atraso é que os bispos da Coordenação da Terra Santa foram autorizados a entrar.^[12]

Em fevereiro de 2015, uma mesquita em Jab’a, perto de Belém, na Cisjordânia, foi incendiada e a frase “Redenção

[6] <http://www.churchinneed.org/site/News2?page=NewsArticle&id=7959>

[7] http://www.fides.org/en/news/36168-ASIA_HOLY_LAND_Bombing_near_the_Catholic_parish_in_Gaza_School_devastated#.V0BaePmLSM9

[8] <http://www.reuters.com/article/us-palestinians-israel-gaza-church-idUSKBN0FR10520140722>

[9] <http://www.reuters.com/article/us-mideast-israel-palestinians-idUSKCN0I30H020141014>

[10] <http://www.asianews.it/news-en/Israeli-settlers-burn-a-mosque-in-West-Bank-32673.html>

[11] <https://aidchurch.wordpress.com/2014/12/03/acn-interview-jerusalem/>

[12] <https://www.kath.ch/newsd/israel-laesst-nun-doch-alle-bischoefe-nach-gaza-einreisen/>

de Sião” foi escrita nas suas paredes.^[13]

Em junho de 2015, em resposta ao lançamento de foguetes de Gaza, o Governo israelita cancelou algumas autorizações especiais concedidas aos Palestinos para o Ramadã. Durante a noite de 23 de junho, foram lançados foguetes da Faixa de Gaza para o sul de Israel. O General Yoav Mordechai, chefe da Coordenação das Atividades do Governo nos Territórios (COGAT na sigla inglesa), confirmou que tinha sido reintroduzida a proibição de entrada em Israel para residentes da Faixa de Gaza que quisessem participar nas orações de sexta-feira nas mesquitas do Monte do Templo.^[14]

Em julho de 2015, insurgentes do grupo autodenominado Estado Islâmico (EI) acusaram o Hamas, que governa os Territórios Palestinos, de serem negligentes na aplicação da observação religiosa. A declaração em vídeo, que veio de uma fortaleza do EI na Síria, foi um desafio público ao Hamas, que tem reprimido os jihadistas em Gaza, que se opõem às suas tréguas com Israel e à reconciliação com a facção palestina rival Fatah. Numa mensagem dirigida aos “tiranos do Hamas”, um membro do EI com uma máscara no rosto disse: “Vamos destruir o estado dos judeus (Israel) e vocês e a Fatah, e todos os secularistas não são nada, e vão ser invadidos pelas nossas multidões rastejantes”.^[15]

Em agosto de 2015, soldados israelitas dispararam gás lacrimogêneo e granadas de atordoamento para dispersar um protesto em Beit Jala, uma vila cristã palestina perto de Belém. Dezenas de manifestantes palestinos estrangeiros, incluindo o antigo Patriarca latino de Jerusalém, Michel Sabbah, participaram na manifestação contra a renovação de trabalhos na barreira da Cisjordânia. Buldózers militares arrancaram oliveiras para abrir espaço para a estrutura. Uma religiosa ficou sufocada. Dois manifestantes foram detidos por atirarem pedras aos soldados que guardavam a zona de construção.^[16] Anteriormente em agosto, cristãos palestinos estiveram envolvidos numa briga com a Polícia de Fronteira israelita perto de Belém depois de dezenas de manifestantes, incluindo sacerdotes, se terem reunido para protestar contra a renovação dos trabalhos na barreira israelita da Cisjordânia, uma área cristã sensível. Três sacerdotes católicos tentaram rezar entre as oliveiras que os buldózers e as escavadoras mecânicas estavam tentando arrancar. A polícia impediu os sacerdotes de se aproximarem. Um manifestante foi arrastado quando tentava plantar um rebento de oliveira em frente às escavadoras.^[17]

[13] <http://www.asianews.it/news-en/Arson-attack-against-Greek-Orthodox-seminary-in-Jerusalem-33580.html>

[14] <http://www.asianews.it/news-en/Israel-revokes-Gaza-Palestinians-entry-permits-granted-for-Ramadan-34606.html>

[15] <http://uk.reuters.com/article/uk-palestinians-islamicstate-hamas-idUKKCN0PA2TT20150701>

[16] <https://www.yahoo.com/news/israeli-troops-fire-tear-gas-separation-barrier-demo-170752823.html?ref=gs>

[17] <http://www.timesofisrael.com/palestinian-christians-police-clash-over-barrier>

Em setembro de 2015, o Mosteiro Marinota de São Charbel, em Belém, foi danificado por um incêndio intencional que, de acordo com a Igreja, realizado por fundamentalistas islâmicos. O edifício, que estava sendo renovado, sofreu graves danos. Sobhy Makhoul, Chanceler do Patriarca Maronita de Jerusalém, disse que o incêndio foi deliberado. “Foi um ato intencional, não um incêndio causado por um problema elétrico, foi um ato de vandalismo sectário realizado por muçulmanos radicais.” Fontes policiais dizem que grupos extremistas muçulmanos têm estado ativos na área e que os culpados já são conhecidos e devem ser “detidos em breve”. Para o chanceler do Patriarca Maronita: “O ataque é de natureza sectária. É anticristão, tal como muitos outros incidentes em todo o Oriente Médio. Grupos extremistas operam na área, incluindo algumas células do Hamas. Também há alguns canhões à solta que dão asas à sua ideologia.”^[18]

Em outubro de 2015, palestinos incendiaram um túmulo venerado como túmulo do patriarca bíblico José, na cidade de Nablus, na Cisjordânia. O local sagrado judeu ficou gravemente danificado durante o ataque noturno, quando dezenas de palestinos invadiram o túmulo e o encheram de bombas incendiárias. A polícia palestina dispersou a multidão e os bombeiros extinguiram o incêndio antes que as forças de segurança israelitas chegassem. O porta-voz do exército israelita, Tenente Coronel Peter Lerner, disse que o ataque era “uma violação flagrante do valor básico da liberdade de culto”. Disse que Israel iria “levar os agressores à justiça e reabilitar o local”. O líder palestino Mahmoud Abbas condenou o incêndio e disse que o local seria reparado.^[19]

Em janeiro de 2016, o Supremo Tribunal de Israel rejeitou as últimas petições do caso Cremisan, que tinham sido submetidas pelo Convento das Irmãs Salesianas, pelo município de Beit Jala e por proprietários de terras cristãos. O tribunal afirmou que, apesar de aprovar a construção da barreira, por necessidades de segurança, os proprietários de terras tinham direito a opor-se a qualquer percurso que não mantivesse o seu direito de acesso às suas terras. Além disso, as Irmãs Salesianas foram autorizadas a se opor ao percurso final que poderia dividir o seu convento e escola. O tribunal concedeu a ambas as partes o direito a se oporem ao percurso apresentado ou a qualquer percurso futuro, independentemente da atual construção do muro em Bir Onah, Beit Jala.^[20]

Em fevereiro de 2016, o pároco católico de Gaza, Padre Mário da Silva, disse que “a comunidade está diminuindo

construction/

[18] <http://www.asianews.it/news-en/Arson-attack-at-Bethlehem%E2%80%99s-St-Charbel-Monastery%2C-probably-the-work-of-Islamic-fundamentalists%2C-says-Maronite-leader-35435.html>

[19] <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-34547523>

[20] <http://www.saintyves.org/?MenuId=3&Lang=1&TemplateId=news&id=129&catId=1&full=1>

cada vez mais. Ao longo dos últimos meses, cerca de trinta paroquianos conseguiram abandonar a Faixa de Gaza.”^[21]

Em março de 2016, 95% dos cristãos na Faixa de Gaza receberam permissão por parte das autoridades israelitas para entrarem em Israel para participarem das celebrações da Páscoa. Pela primeira vez, a Igreja Católica esteve diretamente envolvida no processo de obtenção das autorizações de saída. Este papel é habitualmente realizado pela Igreja Ortodoxa. Para os feriados de Natal e Páscoa, os pedidos para obter autorização devem ser feitos pelas autoridades militares israelitas, que mantêm e vigiam as entradas e saídas no posto de fronteira de Erez. Os jovens, em particular os que têm menos de 35 anos, estiveram uma vez mais ausentes das listas de pessoas autorizadas a entrar em Israel.^[22] “Só tivemos um dia para fazer o pedido”, disse o Padre Mário da Silva. Em 20 de Fevereiro, “890 pessoas foram apresentar o pedido”. Muitas delas eram jovens que estavam apresentando o pedido “sem grande esperança” de obterem “uma autorização de saída”.^[23]

Em abril de 2016, foi anunciado que centenas de jovens palestinos cristãos iriam juntar-se ao Papa Francisco em Cracóvia em julho de 2016. Pelo menos 700 jovens de paróquias da Terra Santa vão participar na 31.ª Jornada Mundial. O grupo inclui cinco jovens de Gaza. Vão receber uma autorização especial para saírem por Tel Aviv, que é habitualmente inacessível para os palestinos da Cisjordânia e de Gaza.^[24]

Em Gaza, em abril de 2016, as ruínas da antiga igreja bizantina, que surgiram durante a construção de um centro comercial, foram retiradas por buldôzeres e as autoridades locais não fizeram nada para proteger o local arqueológico. O episódio provocou fortes condenações de alguns cristãos palestinos. O Padre Ibrahim Nairouz, um sacerdote anglicano palestino que vive em Nablus, denunciou o incidente em duas cartas enviadas ao primeiro-ministro da Autoridade Palestina, Rami Hamdallah, e ao ministro palestino das Antiguidades e do Turismo, Rula Maayah. “Se tivessem encontrado os restos de uma mesquita ou de uma sinagoga ou de qualquer outra estrutura antiga”, perguntou o Padre Nairouz nas declarações relatadas pela imprensa israelita, “será que teriam lidado com a situação da mesma forma?”^[25]

[21] <http://en.lpi.org/2016/03/03/living-lent-with-christians-of-gaza/>

[22] <http://en.lpi.org/2016/03/23/after-8-years-of-waiting-young-christians-get-out-of-gaza-for-easter/>

[23] <http://www.asianews.it/news-en/Hundreds-of-Gaza-Christians-can-travel-to-Jerusalem-for-Easter-37029.html>

[24] <http://www.asianews.it/news-en/Hundreds-of-young-people-from-the-Holy-Land-%28and-Gaza%29-to-join-Pope-Francis-at-World-Youth-Day-in-Krak%C3%B3w-37177.html>

[25] http://fides.org/en/news/59778-ASIA_HOLY_LAND_In_Gaza_the_ruins_of_an_ancient_Byzantine_church_destroyed_by_bulldozers_to_make_way_for_a_shopping_center#.VzZG2PmLSM8

Em maio de 2016, o presidente palestino Abu Mazen afirmou que a proteção da presença cristã na Palestina e em outras partes do Oriente Médio “é um dever e uma missão para nós”. Disse isto numa mensagem dirigida aos cristãos na Páscoa (de acordo com o calendário juliano). “Não é segredo que o destino dos cristãos no Oriente Médio está cheio de armadilhas”, numa espiral que ameaça a sua coexistência, pluralismo e liberdade religiosa. Acrescentou: “Por esta razão, devemos contrariar de todas as maneiras possíveis todas as tentativas de enfraquecer a presença dos cristãos autóctones na Terra Santa.”^[26]

Em maio de 2016, foi anunciado que a área de Qasr al-Yahud, que se estende em torno da margem ocidental do rio Jordão, considerada pela maior parte das igrejas como sendo o lugar do batismo de Jesus, seria limpa de minas e de outros artefatos explosivos que ainda por ali se encontram espalhados, cinquenta anos depois da Guerra dos Seis Dias. De acordo com a imprensa israelita, a área que irá ser limpa abrange aproximadamente 100 hectares e tem estado inacessível desde 1967. O projeto de remoção de minas vai ser implementado sob supervisão do Ministério da Defesa israelita e com a colaboração da empresa britânica *Halo Trust*, que é especializada na remoção de minas e de artefatos de guerra que não chegaram a explodir. A limpeza de minas deverá terminar no final de 2016.^[27]

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

Não há liberdade religiosa nos Territórios Palestinos controlados pela Autoridade Palestina no sentido dos cidadãos terem direito a seguir uma religião ou não e a mudarem de uma religião para outra. Mas, em geral, há um elevado nível de liberdade individual e coletiva de culto. A liderança palestina aprecia publicamente a presença e o contributo dos cristãos palestinos. Os Cristãos estão presentes nos níveis mais altos da Autoridade Palestina. A situação dos cristãos é mais complicada em Gaza, onde o grupo islâmico Hamas tem o poder. Mas o Hamas tolera o pequeno grupo de cristãos e as suas instituições dentro dos limites que excluem o proselitismo ativo. Há grupos muito radicais em Gaza que ameaçam os cristãos nesta região. Tanto os muçulmanos palestinos como os cristãos palestinos da Cisjordânia e de Gaza sofrem com a ocupação israelita que também limita o exercício da sua liberdade religiosa. Israel está regulamentando o acesso

[26] http://fides.org/en/news/59941-ASIA_PALESTINE_President_Abu_Mazen_we_have_a_mission_and_a_duty_to_protect_the_presence_of_Christians_in_the_Middle_East#.VzZGA_mLSM8

[27] http://fides.org/en/news/60052-ASIA_HOLY_LAND_Mine_clearance_of_the_area_around_the_site_of_the_Baptism_of_Jesus_has_been_announced#.VzEavmLSM8

de muçulmanos e cristãos da Cisjordânia e de Gaza que querem visitar os seus locais sagrados em Jerusalém Oriental. Os residentes da Autoridade Palestina não podem visitar Jerusalém Oriental sem uma autorização emitida pela administração civil israelita dos territórios. Em muitos casos, as autorizações não são emitidas ou são emitidas a alguns membros da família, mas não a outros. Os líderes da Igreja denunciam regularmente a prática como pouco transparente e arbitrária. Na maior parte dos casos, a violência dos colonos contra lugares muçulmanos e cristãos nas instituições dos territórios permanece impune.